

# PANTANAL MATO-GROSSENSE: ASPECTOS FUNDIÁRIOS E DINÂMICA POPULACIONAL NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO

Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa<sup>1</sup>  
Nilton Tocicazu Higa<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho analisa o processo ocupacional ocorrido no município de Barão de Melgaço, enfatizando os aspectos fundiários e seus reflexos na dinâmica populacional. Localizado em pleno pantanal mato-grossense, o município de Barão de Melgaço teve sua estrutura fundiária assentada na grande propriedade voltada para a pecuária extensiva, situação esta que ainda perdura nos dias atuais com forte influência sobre a economia regional e a dinâmica populacional.

Palavras chaves: Pantanal mato-grossense; Dinâmica ocupacional; Geografia Regional;

## ABSTRACT

This paper analyzes the occupational process occurred in the dis-

---

<sup>1</sup> Professora Doutora do Departamento de Geografia - ICHS - UFMT

<sup>2</sup> Professor Doutor do Departamento de Solos e Engenharia Rural - DSER/ FAMEV - UFMT

trict of Barão de Melgaço - Mato Grosso - Brazil, with emphasis on the agrarian aspects and their consequences on the populational dynamic. Placed in the flood plain of Pantanal area, this district had its agrarian structure organized in the large properties where the extensive cattle breeding was developed. This situation, still common nowadays, has strong influence on the regional economics and populational dynamic.

Key words: Pantanal of Mato Grosso State; dynamic of occupational process; Regional Geography .

## INTRODUÇÃO

Situado no sul do Estado de Mato Grosso, abrangendo extensa parte da planície pantaneira, o município de Barão de Melgaço, com área total de 11.219,8 km<sup>2</sup>, encerra em seus limites grande diversidade de paisagens físicas e culturais, que evidenciam as riquezas naturais de seu território e aspectos específicos do processo de sua ocupação.

Limitado em quase toda sua extensão oeste pelo rio Cuiabá, as terras do atual município de Barão de Melgaço foram alvo do interesse dos bandeirantes e viajantes que se deslocavam através do rio Cuiabá, não só em busca de ouro e indígenas para escravizar, mas também, em missões de desbravamento objetivando expandir os limites da colônia para oeste, através da interiorização da população e da incipiente economia.

Assim, durante o século XVIII, grandes sesmarias foram doadas envolvendo as terras que hoje integram Barão de Melgaço, as quais deveriam se tornar produtivas produzindo gêneros alimentícios com condições de abastecer as comunidades que trabalhavam nos garimpos e os núcleos urbanos da província, representados, sobretudo por Cuiabá e Vila Bela. Segundo Siqueira, (1997. p.11) :

*A região aurífera dos rios Coxipó e Cuiabá, no século XVIII, direcionavam as atividades para as fainas mineradoras, cabendo seu abastecimento às roças oriundas dos sítios circunvizinhos. Assim, a zona do Pantanal rio Cuiabá abaixo exercia a função de produtora de alimentos necessários à subsistência do arraial mineiro.*

A extensão das sesmarias cedidas na região do rio abaixo e arredores era muito variável. Nas bordas do pantanal as sesmarias tinham, em geral, de 1.000 a 3.000 ha, enquanto na planície inundável chegavam a cerca de 13.068 ha, - "1 légua de frente por 3 de fundo". (VALVERDE, 1972. p. 106.)

A diferença no tamanho das sesmarias parece estar ligada aos interesses do explorador quando de sua chegada à região. Nas bordas do Pantanal, a exemplo de Cuiabá e arredores, os ocupantes se fixaram com o objetivo de explorar o ouro, e não se apossar de terras, estas, serviam-lhe para a obtenção de parte de seu sustento, em razão do que a atividade agrícola era meramente de subsistência.

Além disso, os recursos dos mineradores eram revestidos continuamente na própria mineração, não havendo disponibilidade de capital ou mesmo interesse em adquirir imensas glebas de terras. O mesmo não ocorreu na planície pantaneira, onde os objetivos dos ocupantes eram a posse de imensas áreas para a criação de gado.

Na explicação para a ocorrência da grande propriedade, não se pode deixar de considerar o interesse governamental, que através da implantação de imensas sesmarias procurava garantir a expansão das fronteiras da colônia, alicerçando, assim, o avanço geopolítico. Sobre esta questão, Valverde (1972, p. 106) afirma que *"a concessão de sesmarias colossais estava de acordo com os objetivos do governo, já que a soberania política se baseava no princípio UTI POSSIDETIS, convinha entregar a cada um áreas imensas como fundamento para a dilatação das fronteiras"*.

Com relação às menores propriedades cedidas na área dos terrenos auríferos e adjacências, cabe ainda acrescentar *a existência de dispositivos legais que não permitiam a formação de tão grandes propriedades, como as cedidas na planície do pantanal, pois, de acordo com as Ordens Reais de sua Majestade de 15 de março de 1738, e 15 de abril de 1744, nas vizinhanças de minas não era permitido conceder sesmarias de mais de meia légua quadrada, cerca de 1.089 ha., o que, obviamente, já é uma grande propriedade.* (SOUZA-HIGA, 1887. p.28)

Acompanhando o padrão de grandes propriedades, comum em toda região pantaneira, as terras que mais tarde vieram a constituir o município de Barão de Melgaço, formaram extensas sesmarias voltadas, sobretudo, para a pecuária extensiva, modalidade ocupacional bastante adequada aos vastos campos de gramíneas nativas que praticamente dispensavam investimentos e emprego de grande mão de obra, conforme afirmações de Souza-Higa e Higa,(2001. p.115).

*As condições fisiográficas do pantanal favoreceram, desde os primórdios da ocupação, o desenvolvimento da criação extensiva, o que levou os primeiros ocupantes da região a se voltarem quase que exclusivamente para a pecuária em extensas áreas de terras, restringindo as áreas agrícolas a pequenos roçados voltados para a agricultura de subsistência das comunidades locais.*

## A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO

Embora o processo ocupação das terras do atual município de Barão de Melgaço remonte às primeiras décadas do século XVIII, apenas em 12 de dezembro de 1954, após inúmeros alterações de sua condição política e administrativa, o município foi oficialmente criado pela lei estadual nº 690, de autoria do deputado Leal de Queiroz.

Assim, em seu processo de formação, constatou-se que em 2 de abril de 1897, por força da lei nº 1897, o lugarejo às margens do rio Cuiabá, onde hoje se encontra a sede municipal, foi transformado em paróquia com o nome de Melgaço, vinculada ao município de Santo Antônio do Rio Abaixo, atual município de Santo Antônio do Leverger. É importante esclarecer que a extensa área rural de Melgaço já era parte integrante do município de Santo Antônio do Rio Abaixo, em conformidade com o Decreto-lei estadual de sua criação, nº 22 de 4 de julho de 1890.

Poucos anos depois, mais precisamente, em 25 de março de 1902, em cumprimento à Resolução 315, a freguesia de Melgaço foi elevada à categoria de vila, passando a exercer o papel de sede administrativa do município de Santo Antônio do Rio Abaixo, enquanto a Vila de Santo Antônio foi reduzida à condição de Freguesia. Ressalta-se, que essa foi uma decisão política e que a mesma não fazia jus ao momento de prosperidade econômica que Santo Antônio do Rio Abaixo vivia, impulsionado pelo desenvolvimento da cana-de-açúcar e de suas usinas.

Desta forma, por força da resolução 447, de 3 de agosto de 1906, o povoado de Santo Antônio do Rio Abaixo recuperou sua condição de Vila e de sede administrativa municipal, voltando Melgaço à condição de Freguesia. Anos depois, em 28 de março de 1938, o núcleo de Melgaço foi elevado à categoria de Vila, sede do distrito homônimo. No mesmo ano, em 26 de outubro, em conformidade com o decreto nº 208, o nome Santo Antônio do Rio Abaixo foi alterado para Santo Antônio, passando a Leverger em 1943 e finalmente Santo Antônio do

Leverger em 1948.

O distrito de Melgaço conheceu ainda a denominação de Chacororé, nome dado em referência à baía homônima situada nas proximidades do núcleo urbano de Melgaço, que foi atribuído pelo Decreto federal nº 545 de 31 de dezembro de 1943. Em 30 de setembro de 1948, a lei nº 319, alterou mais uma vez o nome do distrito, o qual passou a ser designado de Barão de Melgaço. Finalmente, em 12 de dezembro de 1954, passou à condição de município.

A designação de Barão de Melgaço foi dada em homenagem ao almirante Augusto João Manoel Leverger, que foi agraciado com o título honorífico de **Barão de Melgaço**. Augusto Leverger, um francês nascido na Bretanha, chegou em Mato Grosso em 1830, como segundo tenente da marinha brasileira, tornando-se mais tarde almirante. Participou ativamente da vida política e administrativa da província de Mato Grosso, da qual foi presidente por 3 vezes.

Leverger também se destacou, entre outros, na defesa das fronteiras brasileiras durante a Guerra do Paraguai. É exatamente deste período que consta sua decisão estratégica de ordenar a formação de uma trincheira militar na área das colinas de Melgaço, a qual deveria impedir o avanço das forças Paraguaianas pelo Rio Cuiabá, o que garantiria proteção para as Comunidades ribeirinhas e da própria Cuiabá.

Embora não tenha sido necessária a ação militar dessa trincheira, a decisão de Leverger foi considerada acertada e oportuna, tendo esta medida influenciado na proposição do título honorífico de "**Barão de Melgaço**" que lhe foi agraciado em 1864, como reconhecimento às suas realizações em Mato Grosso e em prol dos interesses do Império.

Especificamente, com referência ao termo Melgaço, há controvérsias quanto ao seu real significado, o que foi expresso pelo próprio Leverger, quando, em 1865, escreveu a um amigo da corte sobre a distinção honorífica recebida:

*...peço a V. Ex. o obséquio de tratar da obtenção do diploma, brasão, etc. Não tenho tempo nem facilidade de imaginar coisa alguma a este respeito. Ministrar-lhe-ei simplesmente as seguintes verídicas informações: Não sei a significação nem a etimologia de Melgaço. É o nome de uma série de colinas que bordam o rio Cuiabá distantes 20 léguas da cidade. (CORRÊA FILHO, 1979, p. 66)*

A rigor, a expressão Melgaço, advém do termo português "melgas", utilizado para designar terrenos inundados, pantanosos e lodosos, o que, parcialmente faz jus à descrição do pantanal mato-grossense. Segundo Ferreira, (1997. p. 279.) *"Até 1850, o sertão alagado de Mato Grosso não era definido como pantanal. É provável que a Corte Imperial a ele se referisse com o vocábulo português melgaço, que significa pântano na expressão e sentido europeu."* Ainda para este autor, o título do "Barão de Melgaço" poderia ter sido "Barão do Pantanal", caso os paulistas tivessem influenciado a Corte na homenagem concedida a Augusto Leverger.

## ASPECTOS FUNDIÁRIOS E DINÂMICA POPULACIONAL ATUAL

A exemplo de toda área pantaneira, Barão de Melgaço teve sua estrutura fundiária definida com base na grande propriedade, constituída a partir de sesmarias colossais cujas doações remontam às primeiras décadas do século XVIII. Mesmo contando com grandes extensões de terra, poucas propriedades evoluíram economicamente, sobre o que Souza-Higa, (1995. p. 113) afirma: *"A maioria dos sesmeiros do pantanal não conseguiu, durante longo tempo, progredir, faltava-lhes capital e mão-de-obra. Mesmo nas grandes fazendas, o gado era criado de forma extensiva e a agricultura era, em geral, rudimentar e de subsistência"*.

Lentamente, com o passar das décadas, o processo de transferência de propriedade por herança e, secundariamente, as vendas dos imóveis provocaram a divisão e redução da área das primitivas sesmarias, sem, no entanto, descaracterizar a feição da estrutura latifundiária regional, que ainda se mantém nos dias atuais.

Para análise da condição fundiária atual, dada as dificuldades obtenção de dados atuais sobre a propriedade da terra no município, fez-se opção por trabalhar com dados relativos aos estabelecimentos agropecuários, levantados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, IBGE. De acordo com este Instituto, (1998. p. 21), é considerado estabelecimento agropecuário *"todo terreno de área contínua independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária"*.

Para uma análise mais completa trabalhou-se com dados fundiários pertinentes aos levantamentos censitários de 1980, 1990 e 1995, o que nos possibilitou avaliar a evolução do padrão de propriedade no município. Para esta análise tomou-se por base os dados constantes

nas tabelas 1, 2 e 3, relativas, respectivamente, ao número total de estabelecimentos e grupos de área total, participação de cada categoria no total do município e o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total.

**Tabela 1**

Barão de Melgaço – Mato Grosso: número de estabelecimentos e grupos de área total – 1980 - 1996												
	Totais		Menos de 10 ha.		10 – 100 ha		100 – 1000 ha		1000 – 10.000 ha		mais de 10.000ha	
	Nº	área - ha	Nº	área - ha	Nº	área - ha	Nº	área - ha	Nº	área - ha	Nº	área - ha
1980	1259	855.864	782	2.429	307	8014	91	25.310	47	149.843	32	670.268
1985	1038	887.297	668	2.026	216	6.201	86	24.685	41	166.325	27	688.060
1995/96	563	863.930	129	573	285	8.968	83	21.567	34	128.530	32	704.292

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso. 1980, 1985 e 1995/96

**Tabela 2**

Barão de Melgaço – Mato Grosso: Participação dos grupos de estabelecimentos e de área total no conjunto dos estabelecimentos municipais e, 1980, 1985 e 1995/96											
anos	Menos de 10 ha.		10 – 100 ha		100 – 1000 ha		1000 – 10.000 ha		mais de 10.000ha		
	Nº - %	área - %	Nº %	área - %	Nº %	área - %	Nº	área - ha	Nº	área - ha	
1980	62,11	0,28	24,38	0,93	7,23	2,96	3,73	17,51	2,54	78,31	
1985	64,35	0,23	20,81	0,70	8,29	2,78	3,95	18,75	2,60	77,55	
1995/96	22,91	0,07	50,62	1,04	14,74	2,5	6,03	14,88	5,68	81,52	

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso. 1980, 1985 e 1995/96

**Tabela 3**

anos	Barão de Melgaço – Mato Grosso: Tamanho médio dos estabelecimentos rurais por grupos de categoria de área.				
	Menos de 10 ha.	10 – 100 ha	100 – 1000 ha	1000 – 10.000 ha	mais de 10.000ha
1980	3,11	26,10	278,13	3188,15	20.945,88
1985	3,03	28,71	287,03	4056,71	25.483,70
1995/96	4,44	31,46	259,84	3.780,29	22.009,13

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso. 1980, 1985 e 1995/96

A análise conjunta das tabelas 1, 2, e 3, mostra, para algumas classes, pouca variação no padrão de distribuição e propriedade da terra no período 1980 - 1985, particularmente no que tange à participação de cada categoria de área total no conjunto. Assim, constata-se que nos dois períodos o número de estabelecimentos com menos de 10ha, totalizavam, respectivamente 782 e 668 unidades, representando mais de 60% do número total de estabelecimentos do município, enquanto a área dos mesmos somava em 1980, 855.864 ha e em 1985, 887.297 ha, o que significava um pouco mais de 0,2% do total da área municipal integrante dos estabelecimentos agropecuários. Verifica-se também, que o tamanho médio dos estabelecimentos nos dois períodos era muito próximo: 3,11ha em 1980 e 3,03 em 1985.

As classes subseqüentes, relativas aos estabelecimentos com área entre 10 e 100ha e 100 e 1000ha, apresentaram nos anos de 1980 e 1985, valores muito próximos para o tamanho médio dos estabelecimentos e participação no conjunto das categorias, embora, em termos absolutos, a classe de área entre 10 e 100ha, tenha apresentado forte decréscimo no número de estabelecimentos e na área total.

Para as classes de área entre 1000 e 10.000ha e acima de 10.000ha, verifica-se que houve decréscimo no número de estabelecimento e acréscimo na área total, significando maior concentração de terras, o que é bem evidenciado na tabela 3, na qual observa-se que em 1980, o tamanho médio dos estabelecimentos, na classe entre 1000 e 10.000ha, era de 3.188,15ha, passando em 1985 para 4.056,71ha. O mesmo comportamento é observado na classe subseqüente em que o tamanho médio das unidades agropecuárias passou de e 20.945,88ha em 1980, para 25.483,70ha em 1985.

Com relação ao levantamento de 1995/96, constata-se algumas expressivas modificações no padrão de distribuição de terras, particularmente no que tange à classe de estabelecimentos agropecuários abaixo de 10ha, os quais totalizaram em 1995, 129 unidades, contra 668 registrados em 1985. Desta forma, os estabelecimentos desta classe, que em 1985, correspondiam a 64,35% do total, passaram em 1995 a representar 22,91%.

Decréscimo significativo é também observado na área total, pois em 1985, a classe de estabelecimentos com menos de 10ha, somava 2026ha, passando em 1995, para 573ha. Como a queda no número de estabelecimentos foi bem maior do que a verificada na área, o tamanho médios dos estabelecimentos da classe referida aumentou, passando de 3,03ha em 1985, para 4,44ha, em 1995. Em termos de participação da área desta classe em relação a área total envolvida nos estabelecimentos, observa-se que em 1985, a mesma detinha 0,23% da área total, caindo, em 1995, para 0,07%.

De acordo com as informações obtidas no Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT e no escritório da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - EMPAER, escritório de Barão de Melgaço, esta alteração no padrão de distribuição da terra não é fruto de nenhuma intervenção de política pública aplicada na área. Para os técnicos destes órgãos, esta modificação é um processo decorrente da não sustentabilidade do minifúndio, o que tem levado seus detentores a vende-los ou, quando podem, a ampliá-los.

Em 1995, a classe com área entre 10 e 100ha, apresentou, entre todas, o maior número estabelecimentos agropecuários, com 285 unidades, perfazendo 50,62% do total, o que representa um pouco mais da metade de todos os estabelecimentos do município, envolvendo, no entanto, apenas 1,04% da área total de estabelecimentos no município. Ressalta-se que nos anos de 1980 e 1985, a classe detentora do maior número de estabelecimentos era a relativa às unidades com menos de 10ha.

Para as classes entre 100 e 1.000ha e entre 1.000 e 10.000ha constata-se que em 1995, ocorreu a diminuição do número de estabelecimentos e do total de área, o que se refletiu no tamanho médio das unidades que também apresentaram queda, quando comparada a 1985. Quanto a classe de estabelecimentos com mais de 10.000ha de área, observa-se um ligeiro acréscimo no número e na área dos estabelecimentos, totalizando 32 unidades e 704.492ha, correspondendo, respectivamente a 5,68% do conjunto de estabelecimentos e 81,52% do total da área, valores indicativos de fortíssima concentração fundiária, embora o tamanho médio do estabelecimento tenha diminuído de 25.483,70ha, em 1985 para 22.009,13ha, em 1995.

As alterações observadas na estrutura fundiária municipal, particularmente no que tange à perda de participação da classe de estabelecimentos com menos de 10ha e crescimento da classe de estabelecimentos com área entre 10 e 100ha, confirmando as informações dos órgãos consultados, não são conseqüências de políticas públicas de caráter agrário aplicadas ao município, deve-se, ao contrário, à ausência delas.

Inicialmente, considera-se como salutar a diminuição do número de minifúndios, os quais não propiciam condições de sustentação para uma família. Considera-se também salutar o crescimento da classe com estabelecimentos com área entre 10 e 100ha, faixa de extensão de terras que permitiria uma produção agropecuária compatível com as necessidades de sustentação familiar.

Ocorre que o conjunto de dados sobre o município, não apontam para o equilíbrio da classe de menor poder aquisitivo, o que seria concretizado pela aquisição e ocupação de estabelecimentos agropecuários com área compatível para uma produção economicamente viável. Na realidade, o que ocorreu foi o deslocamento desta parcela da população que, em busca de melhores condições de vida e até de sobrevivência, migrou do meio rural para o núcleo urbano

de Barão de Melgaço e, freqüentemente, para outros municípios.

A tabela 4, relativa à população total, urbana e rural de Barão de Melgaço no período 1980 - 2000, mostra que entre 1980 e 1991, a população apresentou taxas positivas de crescimento, 19,45% no total; 85,39% na urbana e 1,85% na rural. O baixo crescimento da população rural registrado é indicativo da falta de condições de fixação da família no campo, obrigando-a a migrar em busca de outras opções de vida. Os dados de 2000, apontam para uma maior gravidade da situação, o que é evidenciado pela taxa negativa de crescimento relativo da população rural que chega a -39,20%, o que é sentido na taxa de crescimento, também negativa, da população total, que ficou em -22,23%. Apenas a população urbana apresentou crescimento real, na ordem de 12,73%.

**Tabela 4**

Barão de Melgaço – Mato Grosso: População total , urbana e rural. 1980 - 2000								
anos	População total		População urbana			População rural		
	Nº total	TCR*	total	%	TCR*	total	%	TCR*
1980	8.253	-	1738	21,05	-	6.515	78,94	-
1991	9.858	19,45	3.222	32,68	85,39	6.636	67,32	1,85
2000	7.667	-22,23	3.632	47,37	12,73	4.035	52,63	-39,20

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de Mato Grosso. 1980, 1991 e 2000

\*TCR – Taxa de crescimento relativo

Inúmeras são as circunstâncias que têm contribuído para o êxodo rural no município de Barão de Melgaço, mas, o padrão de grande concentração fundiária e as dificuldades de acesso a terra por parte dos pequenos produtores podem ser considerados como os fatores de maior peso. Além disso, a área rural do município apresenta deficiente infraestrutura, o que é observado na precariedade das estradas vicinais, que inviabilizam o escoamento da produção, e no número insuficiente de escolas de ensino básico, o que obriga muitos pais a migrarem na tentativa de garantirem o mínimo de instrução para seus filhos.

Por outro lado, a região pantaneira, em razão de suas limitações do ponto de vista agrônômico, não consiste em área atrativa para o empresário do setor agrícola, o que é facilmente notado pelos baixos investimentos aplicados na região. Em razão disto, as oportunidades de emprego no meio rural são bastante reduzidas, particularmente quando se compara com outros municípios do Estado onde se desenvolve a agricultura empresarial, o que consiste em mais um fator de estímulo à migração da população local para outras áreas.

O decréscimo do emprego de mão-de-obra na atividade rural municipal é evidenciado na tabela 5, relativa ao número total de pessoas ocupadas no setor agro-pecuário no período 1980 - 1996, na qual se pode constatar a taxa de crescimento relativo negativa de -15,51% no período 1980 /1985, e de -52,95%, no período 1985/1996.

**Tabela 5**

Barão de Melgaço – Mato Grosso: Número de pessoas ocupadas na atividade agropecuária – 1980 - 1996		
Anos	Pessoal ocupado	
	Nº	TCR <sup>1</sup>
1980	6.151	-
1985	5.197	-15,51
1996	2.455	-52,95

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso. 1980, 1985 e 1996

<sup>1</sup>TCR – Taxa de Crescimento relativo

Os baixos investimentos são também observados no setor pecuário, o que vem ocasionando quedas contínuas na produção do setor, comprometendo uma das principais fontes econômicas do município, reduzindo ainda mais as oportunidades de emprego na zona rural. A redução que vem ocorrendo no setor pecuário pode ser observada na tabela 6, que apresenta dados sobre o efetivo bovino municipal no período entre 1980 a 2000.

**Tabela 6**

Barão de Melgaço - Mato Grosso: Efetivo bovino no período 1980 - 2000		
anos	Efetivo bovino	
	Nº	TCR <sup>1</sup>
1980	126.760	-
1985	152.201	20,07
1995	147.463	-3,11
2000	139.520	-5,39

Fonte: Censo Agropecuário de Mato Grosso. 1980, 1985 e 1995

Pesquisa da Pecuária Municipal. 2000

<sup>1</sup>Taxa de crescimento relativo

Os dados da tabela evidenciam a queda progressiva do rebanho municipal entre 1985 e 1995, calculada em -3,11%, e, também, no período 1995 - 2000, quando se observa o decréscimo relativo em -5,39%, taxas estas não condizentes com o crescimento agropecuário do Estado, apontado como um dos maiores do país.

A situação sócio-econômica do município, particularmente no que se refere ao processo migratório e a redução de sua economia, apontam para a necessidade de implementação de novas políticas públicas que, efetivamente, integrem o sistema produtivo municipal à dinâmica econômica regional, o que ampliaria as oportunidades de trabalho, viabilizando a fixação das famílias no meio rural onde poderiam encontrar condições dignas de vida.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao município Barão de Melgaço, constata-se que seu território, que nos séculos XVIII, XIX e primeira metade do século XX, exerceu forte atração sobre viajantes, migrantes, investidores e o próprio governo, vem nas últimas décadas perdendo importância econômica com diminuição contínua dos investimentos públicos e privados.

Assim na estrutura produtiva municipal, particularmente no que tange ao setor fundiário, prevalece o padrão da grande propriedade, uma herança do regime de sesmaria adotado no início de sua ocupação, cujo sistema de produção, predominantemente extensivo, não oferece suporte adequado à mudanças que venham a alterar a secular situação de exclusão social do contingente mais pobre da sociedade local.

Por fim, conclui-se com base nos dados analisados e observações de campo, que a região pantaneira é ainda uma área periférica no processo econômico mato-grossense e brasileiro, desempenhando o papel de área pastoril sem grandes investimentos, que possam promover sua transformação em região produtiva e, portanto, com possibilidades de propiciar melhores condições de vida para os pequenos produtores e trabalhadores rurais.

## BIBLIOGRAFIA

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Leverger, o bretão cuiabanizado*. . Cuiabá. Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso. 1979.

FERREIRA, J. C. Vicente. *Mato Grosso e seus Municípios*. Secretaria do Estado de Educação. 1997.

IBGE . *Censo Agropecuário de Mato Grosso 1980*. RJ. 1983

\_\_\_\_\_. *Censo Agropecuário de Mato Grosso 1985*. RJ. 1991

\_\_\_\_\_. *Censo Agropecuário de Mato Grosso 1995/96*. RJ. 1998.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico -*. Rio de Janeiro. IBGE. 1980

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico -*. Rio de Janeiro. IBGE. 1991

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico -2000*. Rio de Janeiro. IBGE. 2000

\_\_\_\_\_. *Pesquisa da Pecuária Municipal - Mato Grosso - 2000*

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá Abaixo*. Publicações avulsas. Nº 1. Cuiabá. IHGMT. 1997.

SOUZA-HIGA, Tereza C. Cardoso. *Aspectos da organização do espaço em um trecho do pantanal de Poconé - Mato Grosso*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação da UNESP, Campus de Rio Claro, para obtenção do título de mestre. Rio Claro - SP. 1987.

SOUZA-HIGA, Tereza C. Cardoso. *Processo de ocupação do pantanal mato-grossense*. *Revista Mato-grossense de Geografia*. Ano 1, nº 00. Cuiabá. EdUFMT. 1955.

SOUZA-HIGA, Tereza C. Cardoso e HIGA, Nilton Tocicazu. *Pantanal mato-grossense: o papel da pecuária na produção do espaço regional*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. vol. 59. 2001. Cuiabá. Editora Entrelinha. p 113 - 126. 2001.

VALVERDE, Orlando. *Fundamentos Geográficos do Planejamento do município de Corumbá*. *Revista Brasileira de Geografia*. 34 (1). p. 49 -144. Rio de Janeiro. IBGE. 1972.